

A ECONOMIA DO VAREJO: AGRICULTURA, GOVERNO E MERCADOS LOCAIS NO NORDESTE DE MINAS GERAIS NOS COMEÇOS DO SÉCULO XX

*Eduardo Magalhães Ribeiro*¹

1 MINAS GERAIS, SEU NORDESTE E SEUS MERCADOS

O Alto Jequitinhonha foi uma região de ocupação pioneira em Minas Gerais: os mineradores espalharam lavouras e povoados ao longo do rio Araçuaí, no Alto Jequitinhonha, desde o século XVIII. Quando, por volta de fins deste século, declinaram produção mineral e fertilidade, parte da população do Alto Jequitinhonha começou um demorado processo migratório – durou de começos do século XIX a meados do XX – em direção ao leste, à Mata Atlântica, e assim foram ocupadas as regiões que vieram a ser denominadas Baixo Jequitinhonha e Mucuri.²

A história do Nordeste de Minas Gerais é prejudicada pela sua própria posição: proximidade e continuidade de características possibilitam confundir Norte, Nordeste e Leste mineiros. Viveu, como outras zonas do estado, um processo lento de expansão econômica – um “crescimento inadequado”, como classificou Wirth (1982). No cenário de Minas Gerais da passagem dos séculos XIX para XX, quando associado ao Leste, o Nordeste era concebido como uma vasta fronteira; quando associado ao Norte era tido como uma zona de pecuária atrasada e pouca expressão econômica. O Mucuri, em 1921, em franco crescimento cafeeiro, produzia 3,5% do total do café do estado; o Jequitinhonha produzia 0,3%; Sul e Mata juntos eram responsáveis por 73,2% da produção. O Nordeste, porém, destaca-se por uma característica única: no quadro de acentuadas migrações mineiras ocorridas entre 1872 e 1940 foi a principal fronteira agrícola e a maior, senão única, zona de atração populacional de Minas Gerais. A população mineira a Leste – que até por volta de 1920

1 Professor do DAE/Universidade Federal de Lavras.

2 Sobre história do Jequitinhonha e Mucuri ver Ferreira (1934), Pereira (1969), Duarte (1972 e 1975), Tetteroo (1919 e 1922) e Timmers (1969 e 1969ms).

era quase que somente Nordeste – dobrou entre 1872/1890, triplicou entre 1900/1920, quadruplicou entre 1900/1940. A taxa de crescimento populacional no período 1900/1920 foi 7,4% ao ano; numa época que todas as zonas do estado declinaram em população relativa, sobressai o peso do Mucuri e Baixo Jequitinhonha como áreas de atração.³

Na expansão do povoamento alguns dos vínculos com a sociedade envolvente foram perdidos, pois entrando na mata os pioneiros viveram a aventura da fronteira agrícola, longe de governo e mercado nacional. Em fins do século XIX, em muitas das áreas desta região, a população estabilizou-se, seus excedentes populacionais internavam-se mais na mata e estabeleciam fluxos minúsculos e regulares de trocas com os centros urbanos da zona pioneira: Araçuaí, Jequitinhonha, Teófilo Otoni. Desde finais do século XIX estas pequenas cidades desenvolveram uma destacada vida própria, centrada no comércio de produtos do extrativismo, manufaturas e serviços. Tudo isso ocorreu sob o controle de um poder vindo da terra, tão doador quanto localista. Sinais desse entranhado localismo ainda podem ser notados em fins do século XX, nos costumes singulares das cidades do Nordeste mineiro: hábitos alimentares, sotaques, produção cultural, artesanato; mas a história econômica regional pode ser também analisada por meio de memórias escritas e orais.

Este trabalho investiga esta economia local, as articulações entre campo, cidade, agricultura, governo e mercados no Jequitinhonha e Mucuri, em fins do século XIX e começos XX. O fato de serem frágeis as relações mercantis e exportadoras destes vales não impediu a emergência de comércio especializado em serviço, que era fundamental para a economia regional, marcada pela autonomia e centrada nas lavouras de mantimentos. Embora fosse reduzida a quantidade de bens exportados e relativamente pequeno o tempo de trabalho e o número de pessoas dedicadas à produção mercantil, este segmento ocupava espaço qualitativamente importante na dinâmica regional. Antes, portanto, de procurar avaliar a magnitude da produção econômica que afirmaria a importância da região nos processos de circulação, analisa a qualidade das relações que esta zona construiu quase que apenas em torno de si mesma. Assim, pode ser percebido ânimo e identidade em relações de troca que, pela modesta expressão, pouco acrescentam aos registros de exportação.

Desde finais da década de 1970 pesquisadores do século XIX mineiro debatem o vínculo da economia regional com o setor exportador. Alguns autores, pioneiros, como Furtado (1980), Prado Júnior (1962) e Viotti da

3 Sobre crescimento populacional das diversas zonas mineiras ver Censos (1872/1940), Wirth (1982) e Rache (1956); sobre expansão cafeeira ver Tetteroo (1922).

Costa (1982), argumentaram que a economia exportadora deveria necessariamente retirar seu ânimo dos mercados externos; esgotada a extração de ouro, a economia mineira teria estagnado e regredido durante todo o século XIX. Outros autores, partindo de pesquisas localizadas, mostraram que a trajetória pode ter sido outra: Minas Gerais no século XIX conservara atividade estável, expressa tanto no abastecimento regular da Corte quanto na manutenção de elevada população escrava. Outras pesquisas mostraram que a vitalidade da economia mineira no século XIX revela ruptura mais qualitativa que quantitativa entre Colônia e Império; e este tem sido tema recorrente na historiografia da última década.⁴

Nas partes seguintes este trabalho analisa, primeiro, as diferenças entre fontes oficiais e locais: há um fosso entre a concepção de governo influenciado pelas perspectivas reformistas – que então inspiravam as elites mineiras – e os agricultores que viviam na, ou próximos à fronteira agrícola. Em seguida estuda a organização das lavouras e sistemas de produção, mostrando que abundância de terras e fronteiras abertas viabilizavam uma exploração agrícola predatória, autônoma e avessa aos mercados; dessa maneira firmavam-se os poderes locais em detrimento do poder reformador do Estado. Na quarta parte analisa o comércio do Nordeste mineiro entre fins do século XIX e meados do século XX, observando que a ausência de vínculos quantitativamente expressivos com mercados nacionais resultava em acentuação das características econômicas locais. Por último, descreve a vida urbana da região, construída com recursos locais, reproduzindo em escalas mínimas produções materiais e culturais que conferiam às cidades importância e autonomia.

2 GOVERNO

Nos finais do século XIX, numa época de eleições, Helena Morley afirmava que não entendia a razão das pessoas se apaixonarem tanto pelas disputas políticas. Afinal, escreveu ela, Diamantina estava tão longe da capital que, depois de eleitos, os políticos não se lembrariam que a cidade existia; para seus habitantes nunca fazia diferença o resultado da política.

Esta, com pequenas variações, é observação frequente em memorialistas das cidades do interior mineiro da época. Constatavam a ausência de governo, reduzido às prisões de bêbados, construção de uma ou outra ponte, per-

4 Sobre abastecimento ver Lenharo (1979); população escrava ver Martins (1980). Dos autores que analisaram o século XIX ver (Paiva, 1996), (Furtado, 1996) e (Paiva, 1995).

seguições ferozes aos adversários e disputas apaixonadas nas sucessões; fora isto produzia regulamentos e normas de pouca influência nas cidades e vilas. No meio rural, então, o poder público era mais apagado ainda: escassos impostos sobre terra, sempre prorrogáveis ou sonegáveis; raras propostas reformistas que nunca atingiam seus fins.⁵

Na mesma época que Helena Morley reparava essa ausência de governo, um funcionário público de Minas Gerais, David Campista, organizara uma pesquisa sobre a situação rural de Minas Gerais, que viria a ser conhecida como “*Enquete Campista*”. Campista preparou um vasto questionário – dezenas de perguntas, subdivididas em outras – enviado aos distritos, que deveriam informar situação da agricultura, força de trabalho, terra, produtos, estradas, capitais, indústrias, recursos naturais, monumentos, jornais, prédios públicos, mineiros ilustres e outros assuntos.⁶

O esforço de Campista foi prejudicado pelo tamanho e dispersão do questionário, e, sobretudo, pela concepção reformista que o inspirava, pois supunha um rural regido por mercado, preços, circulação e vendas. Para aqueles que o responderam nos distritos, passava despercebido o sentido de muitas perguntas e, freqüentemente, eram forçados a usar respostas quase desculpadas: o distrito não plantava uvas, terras ali não se vendiam, não se investia – “*ainda*” – em novas lavouras, estavam muito atrasados em ovinocultura, e *etc.* Campista planejara um questionário homogêneo: suas perguntas abordavam temas que julgava problemáticos e problemas que julgava generalizados. Entre outros, mais que perguntava, sugeria pouco discretamente que força de trabalho era escassa no campo, que os preços agrícolas praticados no momento eram ruins para o lavrador, que o *gado lanígero* traria admirável progresso para Minas Gerais.

Nos distritos as particularidades manifestavam-se e a idéia de problema global diluía-se; as respostas não puderam ser reunidas coerentemente pelo pesquisador senão ajustando-as ao que julgava entrar a agricultura de sua época. Foi por isso que a “*Enquete*” – que deveria ter sido um levantamento sistemático do interior e rural mineiro – satisfez-se em constatar falta de mão-de-obra, a existência de potenciais inexplorados numa ubérrima terra, a desatenção do governo com o distrito: são respostas encontráveis em pesquisa com patronato rural de qualquer época, governo e lugar. A “*Enquete*”, po-

5 Ver, além de Morley (1971), Silveira (1922), Ferreira (1934), Pereira (1969), Duarte (1972; 1975) e Tetteroo (1919; 1922).

6 Este documento é intitulado “Questionário enviado aos municípios mineiros em 1893”.

rém, tornou-se referência para demonstrar a escassez de trabalhadores rurais e o impacto da abolição na agropecuária.⁷

Mas, como documento histórico, a “*Enquete*” pode ter aqui outro uso: revelar, juntamente com outros documentos, como governo e funcionários pensaram o rural naquele fim e começo de séculos. Ocorre que no final do século XIX mineiro – mais acentuadamente depois dos anos 1870 – muitos dos funcionários públicos ligados ao rural eram reformadores, e é esta perspectiva que inspira a “*Enquete*”. Os funcionários criticavam a lavoura predatória da fazenda, o fogo, a rusticidade do trabalhador, o latifúndio, a baixa e espacialmente concentrada rentabilidade agrícola.

Campista e a “*Enquete*” devem ser compreendidos no cenário desse pensamento reformista, ao lado de Daniel de Carvalho, Carlos Prates, Affonso Penna, Carlos Dayrell Júnior, Carlos Carvalho e – o mais celebrado de todos – João Pinheiro. Nos artigos, livros e relatórios da época essas idéias estão presentes, inspiradas pela reforma da escravidão, pelas crises da cafeicultura, e pela influência dos debates sobre a agricultura dos EUA. Foi uma reflexão localizada no tempo: eram esforços coletivos e mais ou menos sistemáticos para organizar e difundir idéias sobre técnica agrícola, produção, terra e trabalho; os adversários eram a rotina da lavoura, escassez de investimentos e métodos bárbaros.⁸

Embora a concepção estivesse presente em muitos textos, o reformismo não era um programa: não existe consenso sobre quais reformas deveriam ser feitas, quem as faria, os objetivos. Nos textos aparece, em primeiro plano, o tema da técnica: o “*nosso agricultor*” poderia imitar o norte-americano, utilizar maquinário avançado, barateador da produção, poupador de trabalho. Em seguida surge a questão agrária, a crítica à terra em poder de uma classe – muitas vezes definida como “*feudal*” – conservadora, ciosa do seu poder e avessa às melhorias. Também, tratava-se do povoamento e colonização com famílias bem educadas nas artes agrícolas, e, por fim, eram freqüentes as referências à necessidade de modificação na mentalidade gerencial das unidades rurais, propondo diversificação da pauta produtiva e busca de novos mercados.

7 O trabalho de Campista é citado em artigos e livros do começo do século, como Carvalho (1908) e Carvalho (1916); e em intervenções do *Congresso Comercial Agrícola e Industrial*, de 1903.

8 Sobre reformismo de fim de século ver Viotti (1981); sobre conservacionismo nos EUA nessa época consultar Drummond (1991). Sobre o reformismo consultar ainda Pereira (1969), Dayrell (1914), Prates (1914), Carvalho (1908), Carvalho (1916), Pinheiro (1935). Também abordaram o assunto Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, revelando ser este mais tema de época que exclusivo de elites mineiras.

Fica claro, porém, nesses autores mineiros, que não preocupavam-se em reproduzir o modelo fazenda-imigrante-colônia de São Paulo. Nesta concepção, imigração ligava-se a povoamento, educação rural, agricultura familiar, redução do espaço político e do poder do latifúndio. Alguns pesquisadores os consideraram fracassados neste que foi, talvez, o único tema que conseguiram passar da retórica à prática e alcançar um modesto e duradouro sucesso com as colônias de imigrantes da Zona da Mata; este era o tema que o governo poderia influir.⁹

João Pinheiro, presidente do estado na primeira década do século, elaborou programa de governo com algumas dessas idéias. Ele acreditava que os brasileiros invejavam, com razão, o modelo agrícola norte-americano; mas, não adotavam os princípios educativos que o sustentaram. Em Minas Gerais o agricultor era rotineiro, deseducado, e fazia poucas e toscas tentativas de aperfeiçoar-se. Seria, então, responsabilidade do governo cuidar da educação agrícola nas escolas primárias e rurais, montar centros demonstrativos, produzir um ensino prático e técnico que modificasse as mentalidades dos lavradores e jovens. O governo Pinheiro organizou fazendas-modelo para introduzir técnicas, máquinas e novos cultivos na lavoura. Mas o governo deveria apenas dar rumo e exemplo nas ações; era um reformismo limitado pelo liberalismo e finanças do Estado. O programa organizava a crítica aos sistemas agrícolas; no entanto, frutificou apenas na breve experiência dos campos de demonstração de plantio e no cooperativismo rural estimulado por prêmios em dinheiro, embora tenha sido precursor da ação educativa da extensão rural mineira.¹⁰

Carlos de Carvalho publicou um livro, em 1908, descrevendo Minas Gerais e as propostas de mudanças rurais. Percebe-se na leitura que escreveu sobre lugares que desconhecia, que emendava estatísticas incompletas e dispersas; revelava conhecer apenas Zona da Mata e cafeicultura. Foi um trabalho escrito com interesses promocionais: divulgar o governo mineiro na Europa, esboçando um quadro razoavelmente favorável daquilo que imigrantes ou investidores potenciais encontrariam em Minas Gerais. O autor não ocultou, por exemplo, as dificuldades enfrentadas pela cafeicultura; mas seu texto mostra que o espírito reformista e modernizador marcava a elite de então e concretizava-se no programa de João Pinheiro.

9 Sobre colônias da Mata mineira ver Nardelli [s.d.]; comparações entre Minas Gerais e São Paulo foram feitas por Monteiro (1972) e Wirth (1982).

10 Sobre as discussões do começo do século XX consultar Carvalho (1908), Pinheiro (1935), Iglésias (1985), Carvalho (1916), Affonso (1914) e Silveira (1922).

Apesar dos propósitos, entusiasmo e despesas, os resultados desses esforços foram poucos. O alcance dos insucessos nunca foram corretamente avaliados, inclusive porque faltou continuidade àquelas poucas propostas. Fora uma ou outra lei específica – geralmente associada à terra e sua tributação – a correção de rumos dessa agricultura considerada tão problemática ficou, nas décadas seguintes, apenas nas vagas intenções. Mas, relacionando autores reformistas à situação da agricultura da época, é possível entender as razões desses desacertos.

Os reformistas, geralmente, desconheciam o rural: ele era, quando muito, sua vaga origem; funcionários públicos e membros do governo eram homens da máquina pública ou profissionais liberais. Embora seu propósito fosse reduzir a expressão produtiva e política da fazenda – predadora, auto-suficiente, poderosa – substituindo-a pela produção mercantil, tecnificada e, eventualmente, familiar, eles desconheciam práticas agrícolas e apenas suspeitavam das diferenças regionais.¹¹

Não foi por conhecer Minas que Campista elaborou questionário tão uniforme, nem foi por acaso que esses autores repetiam até o insuportável os mesmos exemplos e críticas; não foi apenas por confrontar o poder rural que essa fala ficou relegada aos arquivos: foi também por revelar uma ignorância da racionalidade das técnicas rurais e seus resultados. Era grande a distância entre a análise feita pelos reformistas e o cotidiano das lavouras: as descrições que ficaram dos sistemas de produção adotados por posseiros, fazendeiros e agregados revelam uma lógica desconsiderada por estes funcionários e autores. Qual recurso era economizado ao poupar uma mata abundante e considerada adversa? Qual interesse haveria em aumentar a quantidade de trabalho aplicada na produção, se pouco serviço criava abundância? Qual a vantagem em introduzir maquinário, se o trabalho agrícola era mínimo? Qual interesse em melhorar rebanhos e derivados do leite, se o comércio era frágil? As críticas dos funcionários visavam os métodos da produção; mas, quais eram as vantagens desses métodos? Por não se colocarem estas perguntas, esses críticos pouco conseguiram com seus esforços além dos equipamentos que o governo João Pinheiro importara, que tornaram-se um sucesso na sua biografia e um encaixe nas Câmaras das cidades mineiras.¹²

11 Sobre o perfil dos funcionários e políticos deste período ver Martins Filho (1981) e Wirth (1982).

12 Propostas de Pinheiro foram comentadas por Carvalho (1908) e Iglésias (1985). O jornal *O Mucury*, nos anos 1910, listava implementos que o governo disponibilizava; revelava, também, o desinteresse dos lavradores por eles.

Os funcionários criticavam as lavouras, mas é preciso notar que suas críticas privilegiavam os métodos, não os resultados. O livro de Carlos Carvalho, que aborda um pouco mais este tema, não encontra o que criticar na produtividade agrícola; Daniel de Carvalho descreveu as técnicas quase com asco, mas deslumbrava-se com o produto; Leopoldo Pereira abominava as práticas nas lavouras, admitindo seu rendimento. Não sendo entrave a produtividade, a fertilidade da terra ou a abundância de alimentos, conforme apontam os autores, não sendo problema a oferta de terras – pois as fronteiras a Nordeste, Sudoeste, Norte e Noroeste ainda estavam abertas no começo do século XX – por quê os métodos agrícolas surgiam como questão para as elites?

As respostas apontam duas direções. Primeiro: o problema seria a escassez de trabalhadores, que limitaria o crescimento – até então puramente extensivo – da produção. Mas a escassez de trabalho, sustentada pela *Enquete Campista*, é suspeita: o questionário foi organizado para captar esta resposta. Segundo: a rusticidade da técnica liquidaria o ambiente, e é neste ponto que as críticas ganham coerência. As propostas reformistas não se respaldavam na oferta de trabalho e na produtividade; elas eram, objetivamente, uma sugestão para economizar a natureza.¹³

O reformismo possuía um componente singular, importante, embora pouco comentado depois: o ambientalismo. A preocupação com o meio estava presente naquilo que se escrevia sobre problemas rurais, da capital ao distrito. Leopoldo Pereira, em fins do século em Araçuaí, relacionava queimadas e desmates às secas; este também foi o assunto de Carlos Dayrell, Carlos Prates – que deixou impressionante narrativa da degradação das matas do Mucuri – de Daniel Carvalho, Carlos Carvalho e outros autores. Reformismo e ambientalismo, associados, eram assuntos de época, às vezes misturados a considerações sobre raça, civilização, crises cafeeiras e monocultura. Não por acaso essas considerações surgiram quando manifestavam-se os efeitos dos primeiros esgotamentos de fertilidade agrícola: rio Pardo, Alto Jequitinhonha, e talvez Canudos – ou *Os sertões*, pois é difícil saber qual produziu maior impacto. Esse problema encontravam solução na difusão de atitudes científicas para os homens lidarem com o meio, na reeducação do caboclo incendiário e tributação exemplar sobre o fazendeiro relapso.

Esses autores, inclusive João Pinheiro, reclamavam do atraso destrutivo da lavoura, não dos seus resultados produtivos; a crítica não era estri-

13 Neste ponto os comentários desses autores são muito semelhantes aos comentários feitos quase um século antes pelos naturalistas românticos; ver, por exemplo, as narrativas de Saint Hilaire (1975) e Avé-Lallemant (1980).

tamente econômica, envolvendo perdas de produção ou produtividade: esta era uma questão menor para eles. A questão maior era o suposto atraso técnico, manifesto nas práticas predatórias, nas técnicas rústicas, antiprogressistas e, principalmente, limitadoras do futuro. Era, portanto, uma crítica ambiental, cultural e ética à agricultura. Eles destacavam a exuberância e abundância do meio; junto, ressaltavam a fatalidade do seu fim, porque fertilidade natural e exploração irracional do ambiente teriam limites, por isso procuravam influir no uso da natureza e difundir princípios conservacionistas. Mas, para os lavradores da época, isto era de menor importância. No entanto, referida às práticas agrícolas da época a crítica ganha outro sentido, porque revela a distância de perspectivas entre o pensamento reformista e o cotidiano da lavoura.

3 AS LAVOURAS

Para os agricultores, principalmente aqueles que estavam na fronteira agrícola ou próximos a ela, não fazia sentido a pregação das elites: sobreviviam da predação. Não acreditavam que poderiam conquistar mercados com produção de custos mais elevados, mesmo porque a maioria deles era apartado de circuitos mundiais, nacionais e até regionais de trocas. Com a exceção do comércio regular de café, negociavam na vizinhança, aproveitando surtos de produtos exóticos e, preferencialmente, de extração. Comum a todos era a lavoura de mantimentos: labutavam, indistintamente, no varejo da *roça de toco* que ficava à margem das incertezas do mercado, demandava pouco trabalho e produzia muito. Ela sustentava e alicerçava aquela sociedade, inclusive seu reformismo.¹⁴

A lavoura rústica de alimentos, criticada por autores e funcionários, foi quase imposta pelo meio enquanto existiram recursos naturais abundantes. Com a liberdade de uso de terra, aquelas mais férteis tendem a ser exploradas primeiro, porque a produtividade é maior e menor o consumo de trabalho; por isso foi usada por quase todos os povos – inclusive da Europa, até pelo menos o século XV. É um sistema de produção que usa a recomposição natural da vegetação para produzir fertilidade, e isto ocorre em prazos que variam de acordo com clima, vegetação e regime de chuvas.

A lavoura começa a ser feita com derrubada de mata; depois vem a queima dos troncos e plantio intercalado entre os tocos remanescentes: daí vem o nome *roça de tocos*, ou de *coivara*, denominação dada à lenha empi-

14 Sobre o escasso comércio até meados do século XX ver Pereira (1969), Carvalho (1916), Wirth (1982), Esteves (1961), os jornais *O Serro* e *O Mucury*; Carvalho afirmava que o escambo era frequente.

lhada para queimar. As terras virgens, ricas em humus, são muito produtivas e, principalmente, não são ocupadas pelas ervas que disputam a fertilidade com a semente dos primeiros plantios; assim, produzem com pouco gasto de trabalho porque praticamente não demandam tratamentos culturais. Depois de feita a lavoura por alguns anos num mesmo lugar, a produtividade declina e ervas começam a competir com os mantimentos plantados; neste momento o lavrador entrega a terra ao *descanso*, desmata nova área virgem e muda sua roça de lugar.

A recomposição natural da vegetação – quase como uma adubação verde – é um componente essencial do sistema: depois de explorada e posta em pousio a terra é recoberta de árvores, que regeneram-se com tempos variáveis, dependendo da terra e tipo de uso agrícola; matas revegetam com algo em torno de 20 a 30 anos; capões com 15 a 20 anos; cerradões com 10 a 15 anos. A rebrota da vegetação repõe fertilidade natural pela decomposição de folhas e galhos; no correr dos anos o crescimento das árvores sombreia e elimina as ervas rasteiras. Quando o ciclo do pousio completa-se, os lavradores fazem nova derrubada, e assim sucessivamente.¹⁵

O sistema de pousio da terra exige, obviamente, uso de área várias vezes maior que a lavoura anual. Quanto mais demorado o período de *descanso* da terra, maior deverá ser a área total ocupada pelo agricultor; mas, também, menores serão os esforços para produzir. O maior ou menor sucesso do pousio depende da abundância dos recursos naturais, das condições de apropriação fundiária e do tamanho da população. O esgotamento da terra, o seu uso monopolizado e o parcelamento das glebas – derivado do crescimento da população e multiplicação de unidades produtivas – limitam o pousio, que pode passar por sucessivas reduções: de pousio longo (ou florestal, por 20 ou 30 anos), para pousio arbustivo (6 a 10 anos), para pousio curto (1 ou 2 anos, com capins ou ervas), para cultivo anual e para, finalmente, cultivos múltiplos num só ano.¹⁶

15 Sobre estas técnicas de lavouras ver Bloch (1978), Wolf (1976), Chaunu (1976) e Boserup (1987).

16 Um lavrador plantando 1 hectare de lavouras temporárias por ano, usando a terra durante 2 anos e fazendo pousio de 20 anos, precisará de 10 hectares apenas para lavouras; em qualquer momento 9 hectares estarão *descansando*. A terra em pousio não está improdutiva, embora não esteja sendo usada (Bloch, 1978; Boserup, 1987). O tempo de regeneração da vegetação foi estimado em pesquisa de campo e por Boserup (1987), Castaldi (1957), Primavesi (1986), Spix, Martius (1938). Sobre adubação verde ver Primavesi (1986); sobre métodos de plantio ver Chaunu (1975), Oliveira Jr. (1989) e Sigaut (1975). Reduções de períodos de pousio influem sobre o instrumental técnico: no pousio longo, sem ervas concorrentes, apenas um pau de plantio – *chuço* – é necessário; a introdução da

Este sistema de produção era empregado indistintamente em unidades familiares, nas fazendas e nas posses de fronteira. No Nordeste mineiro, enquanto existiu fronteira agrícola aberta, terra livre ou abundante para longos pousios, os agricultores puderam “*descansar*” terrenos ou abandonar suas glebas “*cansadas*”. A fronteira agrícola aberta também limitava a partilha por herança nas áreas de povoamento consolidado, pois possibilitava a migração de filhos e herdeiros tornados excedentes; enquanto existiu fronteira a *roça de tocos* permaneceu.

Este era o sistema de produção no Alto Jequitinhonha, a área pioneira do Nordeste mineiro, cuja paisagem era formada por grandes extensões de *chapadas* pouco férteis e por *grotas*, com capões de matas muito férteis. Lá, desde o início do século XIX, começava a ser comentado o enfraquecimento da terra: dadas as características daquele meio, as terras de chapada não serviam para lavouras, e os capões – áreas férteis que representavam cerca de um quarto da área total – esgotavam-se usufruídos pelas primeiras levas de povoadores. No correr deste século, explorada a terra e repartida entre herdeiros, a produção declinou, os pousios encurtaram-se, a demanda por trabalho nos tratos culturais cresceu, forçando a população a buscar alternativas de sustento, empurrando-a para a aventura da exploração da mata atlântica.¹⁷

Nos fins do século XIX esses esgotamentos ambientais começaram a agudizar-se: a seca no Sudoeste da Bahia e a fome no rio Pardo resultaram em *levas* de migrantes – trânsito anotado por Dayrell e Pereira, por Carvalho e Prates – que passavam ou fixavam-se pelo Jequitinhonha e Mucuri. Por isso, também, no fim de século XIX houve aquela onda de reflexões sobre ambiente,

enxada demonstra que foi acrescentada mais uma operação ao plantio – o trato cultural – sinal que existem “*pragas*” nas lavouras, e que o trabalho demandado é maior; arado é usado em cultivo anual de terras sem tocos; nem sempre arado indica mais produto, apesar de sempre indicar mais trabalho.

17 Spix e Martius referem-se a um agricultor do Alto Jequitinhonha que “*descansava*” a terra por 12 anos, derrubava, plantava por três anos seguidos, mas a produção estava ficando insuficiente; comentaram: “*emprega-se aqui uma das mais singulares espécies de cultivo alternado, que consiste em mudar-se continuamente de terreno, e, logo que é possível, volta o lavrador à primitiva plantação.*” (Spix, Martius, 1938, p. 149) Casal fez registro quase idêntico referindo-se a Minas Novas: “*As terras produzem com abundância no primeiro ano; no segundo comumente pouco; no terceiro de ordinário quase nada. É preciso deixá-las descansar alguns anos até se cobrirem de mato forte, que se derruba e queima, como se fez para lançar-lhes a primeira semente que viram.*” (Casal, 1976, p. 165). Consultar ainda Renault (1903), Marlière (1905, 1907), Tetteroo (1919), Pereira (1969), Castaldi (1957) e “*Questionário..*”. (1893); são indicações preciosas sobre o uso do meio que os agricultores fizeram.

os autores apontando o desastre ambiental e os limites da lavoura de toco. Mas a própria lógica do sistema de produção, errante e extrativista, construiria outras alternativas que não reforma e tecnificação: impôs migrações para as zonas férteis e, quase generalizadamente, o sistema de único herdeiro das terras da Bahia e do Alto Jequitinhonha. Não era bem um morgadio – como existiu nas grandes famílias nordestinas –, mas apenas uma exclusão sistemática, cultural, necessária e definitiva de parte dos herdeiros, e não beneficiava obrigatoriamente o primogênito e não valeu somente para camponeses, pois existiu também nas fazendas. Na origem desse sistema de herança para um ou poucos herdeiros está a impossibilidade de parcelar terrenos e encurtar pousios.¹⁸

Nas matas do Baixo Jequitinhonha e Mucuri os lavradores encontravam uma facilidade relativa muito maior para alimentação e extração. A lavoura, nestas zonas, exigiu atitudes diferentes daquelas dos capões, tanto do ponto de vista da apropriação das terras, quanto das técnicas, culturas e esforços. As lavouras da mata começavam com a derrubada, e então plantava-se entre os tocos das árvores queimadas, por três, quatro ou cinco anos, dependendo da terra e da planta. Nos primeiros anos praticamente não existiam ervas concorrentes, a lavoura demandava pouco trabalho. Depois de usada, a terra era posta em *descanso* por anos, e a rebrota da mata era chamada capoeira, a *mata extinta*, em tupi. Mas a diferença entre floresta e capoeira não é apenas porte das árvores: florestas exigem menos *traço* de machado, consomem menos trabalho por serem menos *invadidas*, são mais férteis que as capoeiras; terras novas de mata, porém, às vezes limitam algumas culturas básicas, prejudicadas nos primeiros anos pela fertilidade excessiva. Por isso os lavradores costumavam preferir a capoeira, de produção mais estável, à mata virgem.¹⁹

18 Sobre as migrações do século XIX, ver o *Questionário...* de 1893, especialmente as respostas de Minas Novas, Capelinha, Chapada e Água Boa; ver o jornal *O Serro*, dos anos 1890, Lanna (1986), César, César ([s.d.]). Frei Olavo Timmers (1969, ms) analisou trajetórias familiares e comentou esse deslocamento, uma fonte excelente para esta pesquisa: nas histórias das famílias que foram para a mata, muitas sabem de onde e quando o avô ou bisavô saíram, guardando memórias de três ou quatro gerações precedentes. Em geral as histórias associam-se a dois elementos tão recorrentes quanto óbvios: uma terra – “*nossa*” – que ficou lá e nunca foi reclamada e uma viuvez feminina, ou seja: terra escassa e herança excludente. Sobre morgadios nordestinos ver Mello (1989).

19 Paternostro anotou que “(...) nas matas tropicais há relativa facilidade para a nutrição sem esforço. Bananas, inhames selvagens, mandiocas, plantação antiga dos índios, palmitos nutritivos de várias espécies, são almoço e jantar, sem agricultura.” (Paternostro, 1937, p. 220). A tradução de capoeira está em Cunha (1967, p. 43): caapuera, mato extinto. A força excessiva da terra nova deixava lavradores sem colheitas e pioneiros lembram-se da fome que passaram na sua chegada à mata: “o legume viçava demais mas não produzia”,

Este sistema de produção também alicerçava o poder das fazendas. Os fazendeiros dominavam grandes áreas, mas não as exploravam diretamente: cediam terras a *agregados*, que plantavam suas lavouras em terras sempre *novas*, enquanto existissem na fazenda. Por meio das *roças de tocos* as fazendas subordinaram agregados. O domínio alongado que a fazenda mantinha sobre a terra garantia ao agregado áreas extensas de derrubadas e *descanso*; como a lavoura consumia mínimo trabalho, fornecia grandes excedentes de alimentos e abundante tempo de não-trabalho: a fazenda recrutava esse tempo para seu serviço, a preço vil ou simbólico. Quando declinava a fertilidade da terra ou as reservas de mata da fazenda os agregados mudavam-se para outra fazenda ou para fronteira agrícola; exatamente por isto faziam suas casas de barro, capim, embira e madeira branca, que depois de usadas por uns anos eram abandonadas, desfaziam-se em 2, desapareciam completamente em 5 anos. Como a lavoura e o agregado possuíam um ritmo – dado por extrativismo, produção de mantimentos, ócio farto – e a fazenda outro – alguns negócios, produção de mantimentos, extrativismo, às vezes gado – seus contatos e conflitos eram raros.²⁰

Enquanto existiram mata e fronteira agrícola o Nordeste mineiro foi uma sociedade de abundância, pouco trabalho, escasso negócio e muito ócio. A lavoura necessária para sustento raramente chegava a ocupar uma pessoa mais que 20% dos dias do ano, e resultava em excedentes de tal importância que uma família podia passar dois e até três anos vivendo dos frutos de uma única roça. Um hectare plantado de milho e feijão fornecia entre 2.000 a 4.500 quilos de alimentos por ano para uma família, sem contar a colheita de feijão da seca, horta, extrativismo, produção de animais de quintal, partilhas comunitárias, caça, pesca, abóbora, mandioca e carurus. Ficava entre 40, no máximo, e 20, no mínimo, o número de dias trabalhados por cada pessoa de uma

lembra Durval Barbosa (Ribeiro, 1996). Castaldi (1957) refere-se à impossibilidade de produção em terra nova: os agricultores reclamavam que feijão e mandioca, sempre, e milho às vezes, fracassavam nas terras de primeiro plantio; como eram base das dietas, as capoeiras tornavam-se indispensáveis. Marlière (1905 e 1907), nos anos 1820, revoltava-se com as vendas de capoeiras, afirmava que alguns “línguas” obrigavam índios a abrir matas e depois negociavam as capoeiras; frei Samuel Tetteroo (1922) cita casos de vendas de capoeiras ou aberturas de matas.

20 Sobre movimentos espaciais de agregados ver Duarte (1972, [s.d.]), Tetteroo (1919) e Castaldi (1957); este movimento também pode ser percebido nas anotações e contas-correntes de fazendas. Pagamentos a agregados aparecem nas contas-correntes de fazendas do Nordeste de Minas Gerais; o preço do dia de serviço, analisado a partir da instituição do salário mínimo, oscilava entre quinto a meio salário mínimo por mês; este teto era destinado aos agregados mais qualificados, como carreiros, seleiros e carpinteiros.

família com 2,5 trabalhadores produtivos, para produzir 3 toneladas de alimento numa estação chuvosa.²¹

Por ter sido esparramada e policultora a roça de tocos era considerada minúscula e errática por viajantes e funcionários de governo. Mas ela não se originava de preguiça ou ignorância: era uma técnica. Formada, a lavoura parecia uma mistura caótica de plantas e variedades; mas era, mais certamente, uma trama que o lavrador urdia, combinando cultivos, para conseguir a máxima abundância com o serviço mínimo. Mas, como não existiam redes de abastecimento sistemático, a dependência do meio era extrema e a diferença entre excesso e falta não era muito rígida. Qualquer abalo estacional na produção colocava o lavrador na mais absoluta precisão, vivendo daquilo que conseguia extrair. Escassez ou excesso de chuvas, invasões de animais nas lavouras ou erros de cálculo poderiam lançar a família na mais cruel necessidade. Esses episódios não eram raros, porque os vínculos com o meio eram tão estreitos, a condição de armazenar tão limitada e freqüentemente tão desnecessária, que facilmente os lavradores eram apanhados desprevenidos.²²

A fronteira aberta e o sistema de lavoura impunham uma dinâmica espacial e técnica à agricultura que a tornava impermeável às proposições reformistas. Fronteira, lavoura, conservadorismo técnico, extrativismo, predação – junto a um componente fundamental: o poder local e autárquico – foram as bases da sociedade do Nordeste mineiro entre fins e começo de século.

21 Sobre produção e técnicas ver Galvão (1979), que calcula o mantimento necessário para o sustento em 140 quilos/pessoa/ano; Oliveira Jr. (1989) estima o mesmo consumo em 200 quilos de cereal/pessoa/ano.

22 Sobre lavouras, técnicas, sociedade e ambiente ver Brandão (1981), Cândido (1975) e Buarque (1957). Lavouras tropicais, antes da incorporação da química e sementes melhoradas, produziam mais alimentos que a lavoura européia; os índices de produtividade aproximaram-se com as tecnologias do século XX; alguns alimentos, como a mandioca, só foram superados em produção/área nos anos 1970. De acordo com Bloch (1978), Chaunu (1976) e Duby (1980), o agricultor europeu até o século XVII satisfazia-se com retornos de 1 X 5 na relação plantio/colheita; plantios de milho do Nordeste de Minas alcançavam 1 X 200, produtividade de 4.000 quilos por hectare; feijão produzia 1 X 25, 1.500 quilos por hectare; mandioca produzia 30 ton./ha; isto explicaria, segundo Chaunu, fartura e ócio nestas regiões. Castro, nos anos 1820, descreveu a fragilidade do sistema: “(...) neste ano apesar das poucas praças no Quartel, roçaram para 5 alqueires; porém as continuadas chuvas não deram lugar a que se queimasse, por isso nem um só grão de milho plantaram: esta Divisão está a estalar de fome, como V.E. observará no ofício junto do Sargento comandante. (...) Talvez para o ano o mesmo aconteça, pois, suposto tenham feito roças suficientes, contudo não poderão queimar, pelas continuadas chuvas.” (Castro, 1913, p. 82).

Por isso caíam no vazio as críticas reformistas. As lavouras possibilitavam abundância, as matas permitiam extração, exigindo técnica e conhecimento apurado de planta e terra. Este sistema resultou muito mais tarde, nos anos 1950/1960 na destruição, acertadamente prevista pelos autores românticos e pelos reformistas. Mas, a maioria dos autores não percebeu que aquele era o sistema possível, que naquelas condições era imutável e que jamais poderia ser substituído pelos sistemas produtivos intensivos em capital, e que lavradores estrangeiros, postos nas mesmas condições do roceiro brasileiro, usariam exatamente os mesmos métodos extrativos de exploração, e chegariam aos mesmos resultados. Na mira da crítica reformista dos fins do século XIX e começos do XX, porém, não estava apenas um sistema de produção, mas toda uma ordem assentada em relações de apropriação e mando, destruição, extrativismo e autonomia local. A crítica atingia parcelas desse mundo estável e sólido, que mantinha-se pela força da fertilidade, da terra e do poder que alimentava-se dela; a crítica identificava, apenas, as manifestações mais exteriores desse conservadorismo rural firme e fluido.

4 AUTONOMIAS

Então, embora governos e funcionários em geral estivessem ausentes do campo, isso não impedia que regiões e cidades encontrassem seu próprio caminho, e inventassem seu destino com iniciativas locais. Pode parecer estranho colocar o assunto desse modo, porque alguns estudos deixam a impressão que no rural de Minas Gerais havia muito governo e iniciativas locais de menos, quando, pelo menos no que respeita Mucuri e Jequitinhonha, parece ocorrer o contrário.²³

Foram iniciativas ao largo do Estado e conduzidas por cidadãos ativos que explicaram boa parte dos negócios públicos e privados, permitiram a concretização de propósitos comunitários e deram aos dois rios parte de sua história. Na ausência de contatos com centros políticos ou econômicos de vulto, a região guiava-se e criava pequenos mercados que bastavam-se em quase tudo. Alguns locais progrediram muito, outros modestamente; mas, sempre, longe da ação de governos e sob a rédea curta do poder local. Levar à frente ações pelo bem comum, cumprir com meios privados os serviços que depois os costumes tornariam públicos e desincumbir-se ao mesmo tempo do mando e da sua despesa, foram práticas correntes.

A singela vida pública do Nordeste mineiro era geralmente distante da política estadual e nacional e foi constituída à custa de seus próprios e, às

23 Essa perspectiva está presente em Monteiro (1974), Mulls (1989), Lopes, Gomes (1989) e Torres (1969).

vezes, modestíssimos recursos. Casa de Câmara, cadeia e escola eram construídas por meio de doações individuais ou coletivas; os serviços de saúde, ensino, previdência e polícia eram diluídos pelo conjunto da sociedade, que às vezes conseguia bons resultados com mediação privada ou religiosa. Uma certa proteção era dada aos idosos, doentes e incapacitados pela solidariedade privada ou comunitária; polícia era assunto dos chefes locais, e onde eles não existiam – casos da fronteira recente e da velha área camponesa do Alto Jequitinhonha – era suprida comunitariamente, ou senão pela própria família atingida. Ensino foi assunto familiar, com o aprendizado prático das técnicas de roça numa vida de trabalho que começava cedo, ou então – costume corrente em famílias abastadas – contratava-se professor por tempo limitado para alfabetizar crianças à base de decoreba e palmatória: por esta razão, quando a *Didática Magna Para Ensinar Tudo a Todos*, do tcheco Comênio, foi introduzida em Minas Novas pelo promotor Martiniano, em 1906, fez grande sucesso. Saúde pessoal era tratada pelos conhecimentos em medicina natural, e saúde pública somente tornou-se importante quando o desmatamento multiplicou a incidência de doenças ambientais; nessa época, já nos anos 1920 e 1930, às vezes os governos enviavam agentes de saúde que produziam relatórios assustadores.²⁴

No Mucuri e Jequitinhonha, desde as entradas pioneiras até quase metade do século XX, a região se abastecia de quase tudo – não de tudo – e expressava orgulhosamente essa auto-suficiência sob a forma de um certo desprezo pela importação. Distritos e cidades dependiam do campo para o abastecimento que era mediado por relações próximas de parentesco, amizade ou compadrio; a abundância das lavouras atendia à população mais ou menos por igual. De acordo com memorialistas e viajantes – desde Saint-Hilaire em 1816, até Santos Maia em 1918 – as famílias de cidade se abasteciam de mantimentos, excluindo-se, lógico, os momentos de fome aguda provocados por desequilíbrios na relação com a natureza. Havia pessoas que moravam nas cidades e vilas sem qualquer fonte definida de renda, realizando muito raramente pequenos serviços, mas recolhendo pontualmente o sustento na comunidade; a despensa e a cozinha eram parte nobre nas residências maiores da cidade ou campo, e ficavam abarrotadas com despesa mínima em dinheiro.²⁵

24 Sobre saúde privada ver Saint-Hilaire (1975) e Wied (1980); sobre conhecimento médico popular e natural do Nordeste mineiro ver Comune (1986); sobre saúde pública no começo do século XX ver Paternostro (1937), Santos (1970), Tetteroo (1919 e 1922), Nogueira (1989); sobre educação ver César (1975) e Pavie (1988).

25 Cenários de campo e cidade entre os séculos XIX e XX são descritos por Morley (1971), Salles (1993), César (1975), César, César ([s.d.]), Rothe (1956), Pereira (1969), Ferreira (1934), Maia (1936) e Duarte (1972 e 1976).

Apesar dos ofícios ao governo pedindo soluções para problemas comerciais deixar impressão de dificuldades insolúveis, mercados locais articulavam-se uns com os outros em redes sistemáticas de trocas. Neles surgiam às vezes surtos de progresso e riqueza, como a exuberante Vila Jequitinhonha visitada pelo poeta Eduardo Santos Maia em começos do século XX que o deixou maravilhado: vendia seu gado aos baianos, introduzira por conta própria zebu, água encanada, luz e teatro. As descrições dos outros lugares deixam a mesma impressão: em São João Batista houve um modesto e constante comércio de ferro; os comerciantes de Teófilo Otoni fizeram fortuna abastecendo a região de manufaturas e artesanato; a baldeação da carga de canoa para a tropa e vice-versa tornaram Araçuaí um centro importante desde fins do século XIX; Trindade – encravada num socavão onde o viajante tomava fôlego para subir ou descer a vertente a pino que separa Mucuri e Jequitinhonha – destacava-se por ser pouso de tropeiros. As iniciativas locais enfrentavam problemas de liquidez e crédito, e os resolvia com escambo, ou criando novos problemas, como os “*borrisquês*”, a moeda diamantinense, que inclusive Dom João, o bispo, colocava em circulação e era usada nas trocas, apesar de todos saberem que não possuía lastro.²⁶

Essas comunidades, nos fins do século XIX e começos do XX, possuíam forte entrosamento umas com as outras, embora não exclusivamente material, porque comércio era só um aspecto do conjunto de trocas e doações enovelados. O comércio sentia a falta de dinheiro e compensava-a com o endividamento generalizado. As pautas de produção das lavouras e o beneficiamento doméstico dos bens mostram a internalização, pelas famílias, de grande parte do consumo. O relatório da exposição de Teófilo Otoni, de 1872, revela a variedade de bens produzidos e transformados nas localidades; viajantes descrevem as moradas do campo como unidades aparelhadas para beneficiamento e extração; inventários revelam a diversidade da tralha doméstica.²⁷

26 Maia (1936); Silveira (1922) também faz rico painel da vida do Nordeste mineiro. Sobre São João Batista ver Pavie (1988), sobre Araçuaí ver Pereira (1969); sobre Trindade ver Raslan ([s.d.]) e Timmers (1969, ms). *Borrisquês* foram criados pelo comércio e bispado para facilitar trocas; ver Morley (1971) e Esteves (1961).

27 Ferreira (1934) publicou partes do relatório da exposição de 1872, mostrando variedade de produção; cardápios dos canoeiros do Jequitinhonha revelam a pauta alimentar; foram anotados por Pereira (1969) e comentados por Frieiro (1965); frei Chico van Poel (1981) publicou inventários com a tralha da casa; nas velhas fazendas do vale do Araçuaí, principalmente no Gravatá, ainda existem, funcionando, os equipamentos demandados para o sustento de uma fazenda.

O comércio e as trocas não devem ser compreendidos apenas pelos picos breves de progresso: café, poaia, madeira e a inesgotável mineração de pedras preciosas; estes produtos irrigaram de dinheiro em alguns momentos a ilíquida economia local, e sua importância não deve ser esquecida. A pequena e corriqueira circulação de outros bens não pode ser considerada supérflua, pois essa pequenez era estratégica e integrativa, e a troca localizada – mais escassa, mais necessária, mais social – ganhava sentido pela qualidade e sua principal serventia era viabilizar artesãos da terra e importação de manufaturas. É comum na história do Jequitinhonha e Mucuri descrever as rotas de tropeiros e comerciantes para atribuir grande circulação à região. No entanto, o movimento pequeno de trocas não é obrigatoriamente sinônimo de uma sociedade mais pobre, como se supõe; antes, é evidência de sociedade diferente daquelas pautadas pelo mercado. Mateiros do Pampã viajavam dezenas de quilômetros para trocar poaia por chumbo; migrantes saíam de Chapada para a mata, no começo do século XX, para retornar com uma capa de lã; trocavam-se glebas de capoeiras e matas por espingarda de caça: eram valores específicos os que vigoravam naquelas épocas e lugares, de qualidade e quantidade muito diferentes das que vieram a existir depois. A modéstia das trocas não pode ser confundida com ausência ou irrelevância.²⁸

Comércio modesto, reduzido a poucos bens mas importante, e produção de mantimentos quase sempre eram garantias de vida estável. Mas, nos raros momentos que estrutura foi posta à prova revelou sua fragilidade. Apesar do peso do comércio de manufaturas e alimentos beneficiados, a capacidade de abastecimento comercial de alimentos era minúscula, e nas grandes crises agrícolas, como 1890 e 1930, sua vulnerabilidade ficou evidente. Nos anos 1890 pessoas morriam de fome por falta de mantimentos e, pior ainda, sem dinheiro ou lugar para buscá-los.²⁹

A especificidade marcava essa economia local; os acontecimentos incidiam de forma diferente num e noutro lugar: a fome que grassou em Filadélfia no século XIX não mereceu qualquer registro em Minas Novas; o estrago feito pela seca dos anos 1890 em partes do rio Pardo só atingiu o Mucuri pela entrada de migrantes. A frequência do comércio também era desigual: no Baixo Jequitinhonha, por exemplo, desde fins do século XIX as vendas de gado para a Bahia eram correntes; em Calhau e Serro os lavradores viajavam

28 Sobre os negócios do Jequitinhonha ver Pereira (1969) e Duarte (1972).

29 A fome do “noventinha” é narrada por Pereira (1969) e Morley (1969). A fome dos anos 1930 é lembrada pela população do Jequitinhonha, principalmente do alto, onde ela mais manifestou-se.

léguas sem conseguir colocar seus produtos beneficiados; no Alto Jequitinhonha, no entorno de Minas Novas, o dinheiro era ralo e negócios muitas vezes feitos como “*tranças*” – o nome então dado ao escambo – e bolas de algodão eram usadas como dinheiro, *borrusquês* ou pedraria eram usados até para pagar indulgências ao bispo de Diamantina. A escassez de trocas podia atingir todos os bens – mesmo gado – e a distribuição desigual de dinheiro explica, em parte, diferenças em preços e salários.³⁰

Os preços no Nordeste de Minas Gerais revelam pelo menos três comportamentos diferentes: dispersão, flutuação e desalinhamento. A dispersão de preços impressiona: num mesmo momento, em locais próximos, a mercadoria era cotada a preços completamente díspares, conforme mostram contas-correntes de fazendas, empresas e viajantes comerciais. A Companhia do Mucuri num mesmo ano comprou farinha de mandioca por 4\$000 e 24\$000 em distritos diferentes; uma pesquisa dos salários de diaristas rurais do Mucuri, mostrou que eles variavam de Cr\$30,00 a Cr\$250,00. Isto em parte resultava das dificuldades do transporte e da impossibilidade de integrar mercados, mas, também resultava da produção espacialmente localizada de determinados bens, que às vezes faziam o desespero do produtor e a riqueza dos que montavam redes de negócios. Fumo do Comercinho do Bruno era levado para ser trocado por porco na mata da Bahia, que era morto, ensacado, posto nas mulas e, em Teófilo Otoni, trocado por café, que seria vendido em Comercinho do Bruno; ou doces e açúcar de Minas Novas, charque de Urucu e sal de Belmonte faziam as pontas do circuito de trocas. Além das diferenças locais de preço, as medidas e seus nomes também variavam: alqueire de mantimento no Araçuaí totalizava 80 litros, no Mucuri 60 litros; alqueires de superfície variavam de 100 a 500 braças; existiam “pratos”, “carros”, “medidas” com capacidades diferentes, e até um misterioso “ati”, no Alto Jequitinhonha, equivalente a 10 espigas de milho.³¹

Já a flutuação de preços era um fenômeno ligado às condições naturais. Sendo o comércio constante mas especializado em manufaturados os bens mais elaborados, os estoques disponíveis de alimentos eram reduzidos, ou então privados e não mercantis, de forma que, entre safras, os preços facilmente subiam ao quádruplo ou caíam a um terço. *O Mucuri*, jornal de Teófilo

30 Sobre dificuldades de negócios consultar Pereira (1969), Duarte (1972), Cançado (1981) e Sol (1980).

31 Dados sobre comércio, salários e preços foram coletados em entrevistas e contas-correntes das fazendas Araguaia, Jatobá, Sul América e Gameleira. A pesquisa de salários está em Bosco e Jordão Neto (1967).

Otoni, publicou os preços de alimentos naquela praça nos primeiros 30 anos do século XX e mostra a flutuação em prazos curtos. Isto não descaracteriza a sociedade de abundância, porque a maioria da produção que saía da lavoura era produto mesmo e não mercadoria, e quando havia escassez, ela atingia igualmente às famílias e comerciantes. A flutuação expressava a união da lavoura à natureza.³²

O desalinhamento dos preços resultava das flutuações e dispersão: manifestava-se quando o preço de um bem descolava da relação histórica com os outros e não retornava à paridade anterior, conservando-se em alta ou baixa relativa durante meses ou anos; ou quando preços de bens diferentes e tradicionalmente alinhados punham-se em contraposição, invertendo sua paridade. Toucinho, por exemplo, durante certo tempo foi um ingrediente caro relativamente aos outros, principalmente poaia, pelas cotações de *O Mucuri* nos anos 1910.

Assim, os preços são frágeis referências para compreender a circulação de bens e volume de negócios: caóticos, expressam mais a importância e singela especialização do comércio. No que diz respeito a alimentos básicos e salários, preço geralmente era mesmo uma referência simbólica: mantimentos eram postos à venda, mas quase sempre eram definitivamente perdidos e postos fora; gado era avaliado mas não encontrava comprador; casas e benfeitorias eram oferecidas por anos sem que ninguém as comprassem, e são freqüentes os relatos de descarte de alimentos que não se vendiam e tulhas abarrotadas que acabavam alimentando porcos e gado. E, contraditoriamente, em certos momentos a natureza encontrava as famílias com tulhas vazias, ou apenas uma delas cheia, e então por meses a comida era uma só, de triste memória.³³

Estas eram, então, comunidades bastante autônomas; mas, dificilmente podem ser definidas por comunidades isoladas, porque são fenômenos diferentes, não era isolamento porque contato e comércio eram especializados, densos, fundamentais. E o movimento espacial das pessoas, embora fosse pontual, articulava as malhas das redes de contato e era marcado por uma necessidade tão premente, que tornava esta excepcionalidade fundamental.

32 Em 1927, ano de série de preços bastante completa, o toucinho passou de 45\$000 a 30\$000, depois a 40\$000 e 25\$000 a arroba. O quilo de poaia começou o ano valendo 40\$000, caiu a 20\$000, voltou a 30\$000, recuou a 20\$000, tudo entre março e outubro.

33 Lembranças de tulhas abarrotadas e bens que não eram vendidos estão por exemplo nas memórias de Salles (1993), Rocha (1992) e em depoimentos de lavradores em Ribeiro (1996); um lavrador do Jequitinhonha, em entrevista (1995), lembrava que nos anos 1930 uma seca liquidara a lavoura de seu pai: por quatro meses comeram apenas milho com sal, sob a forma de farinha, canjiquinha, angu, broa, canjica, pamonha, mingau etc.

5 CIDADES

No intervalo de meio século as cidades do Jequitinhonha e Mucuri transformaram-se: passaram de pobres vilas pioneiras – como foram descritas pelos viajantes do século XIX – a pequenas e arrojadas povoações nos fins deste século e começos do XX conforme as lembram memorialistas e pioneiros. Certamente deve-se notar a diferença entre a mirada passageira dos estrangeiros e a paixão meditada dos pioneiros; mesmo assim, percebe-se nas memórias que a fixação de população no Mucuri e Baixo Jequitinhonha criou costumes locais e um movimento ativo; pelo final do século XIX e começos do século XX além do adensamento populacional, a cidade ganhou importância pela irradiação de comércio, serviços e cultura.

Eram cidades modestas, com 5 ou 10 mil habitantes no máximo, que mantinham sólidas relações de trocas miúdas com um vasto rural. Não existiam em função de outros centros, mas viviam para si, rodeadas por um campo de baixa densidade demográfica, que levava a estas cidades demandas modestas, assistemáticas, mas especializadas. Voltadas para este comércio próprio, as pequenas cidades possuíam um ânimo mercantil, artesanal e cultural que o centralismo do final do século XX não permite conceber. A cidade de Teófilo Otoni, por exemplo, cresceu com população migrada do Alto Jequitinhonha e era por onde transitavam e abasteciam-se aventureiros e posseantes do Mucuri, que mesmo no muito avançado do século XX raramente viam cidade ou dinheiro nas suas trocas de poaia, caça, copaíba ou madeira por manufaturados. Era um ponto de convergência obrigatória para pioneiros, que só se ligavam por ele, e referência para colonos apartados de quase tudo o mais, como os baianos recém chegados ou índios “civilizados” há pouco tempo.

Havia, por isto, um compreensível orgulho localista nos autores municipais; tão acentuado quanto sua descrença no Estado. Eduardo Santos Maia listava as glórias da Belmonte Natal, mas lamentava vê-la maltratada por governos que consumiam os recursos em luxos de alcova. Godofredo Ferreira exaltava a posição de Teófilo Otoni; as obras, afirmava orgulhoso, foram feitas à margem dos poderes centrais, às custas de esforços próprios e falta de governo que deixava os “*matutos tão abandonados, tão anquilosados, tão boubentos e só lembrados em dias de eleição*”. Leopoldo Pereira escreveu que o povo de Araçuaí construiu sua pátria sem apoio do Estado. Os autores constatavam isso e louvavam a prosperidade alcançada contando com as próprias forças.³⁴

34 Ver Maia (1936), Ferreira (1934) e Pereira (1969).

Estas cidades desenvolveram forte sentimento de localidade, manifesto em costumes, modos diversos de vestir, falar, arrear, festejar, comer. É possível reparar este localismo nas anotações de viajantes comerciais e memórias de começos do século XX: havia uma preparação cuidadosa, expectativa do imprevisto e diferente na viagem; os viajantes zelavam pelos tratos particulares dos diferentes locais, e enfatizaram a diferença dos cardápios, vocabulários e convívios. Nas cartas o viajante Martell comentava características: doces de Minas Novas, arreios de São Domingos, prostitutas do Araçuaí, as palestras em Teófilo Otoni, o lustró social de São Miguel.³⁵

Tal localismo era ironizado pelo cosmopolita Álvaro da Silveira, escritor e viajante que troçava do orgulho desses interioranos, que acreditavam possuir o melhor dos cavalos, estar em sua terra o maior morro do mundo, produzir a melhor cachaça do planeta; o escritor que nada conhecia além do seu distrito, por ele media o mundo. Mas não era apenas questão de perspectivas limitadas: embora pudesse ser também isto, principalmente havia um sentimento de lugar completo, de inteireza e independência, uma percepção subjetiva de espaço e cidade que desapareceu quando o mundo cresceu e ao mesmo tempo ficou menor com as comunicações mais ativas e fáceis.³⁶

Decerto uma das razões da animação dessas cidades eram as grandes e, sobretudo, complexas distâncias. Viagens exigiam providências, conhecimentos, equipamentos e despesas; possuíam seu próprio ritmo e ocupavam muito tempo dos viajantes. Paternostro descreveu as andanças dos lavradores para feiras de Teófilo Otoni: improvisavam paradas e festas noturnas em pousos e travessões e deslocavam-se em grandes bandos, arcando com a perda de muitos dias de serviço. Nos diários e cartas de viajantes comerciais é possível perceber o cerimonial exigido pela tropa de animais de carga e transporte: araçãoamento, sumiço de burros, arreamento, derrubada de carga e os convívios incertos em pousos mais incertos ainda. Essas viagens em canoa ou tropa compensavam suas dificuldades com o fascínio da socialização, quase compulsória numa situação que o viajante só contava com o inesperado, ficando sujeito ao teto, pouso e ração alheios. A lembrança de estrada é um tesouro na memória da população idosa deste Nordeste, porque a viagem revelava, abria oportunidades, convívios, e permitia o desfrute da animação ímpar do caminho.³⁷

35 Cartas e diários de A. Martell (ms) e H. Ribeiro (ms).

36 Estas observações estão em Silveira (1922).

37 Cândido V. Murta, por exemplo, deixou detalhada descrição da viagem, avaliando a região visitada pelo seu conhecimento prévio e anotando as dificuldades da marcha; o relato

A viagem a negócios demandava tropas, arreios, itinerários e pousos; também implicava em carregar encomendas, recados, bilhetes e procurações. Agendas de viajantes comerciais revelam a frequência dessas obrigações e pedidos, informam sobre saúde e doença, prosperidade e falência; observando a viagem da sua perspectiva é difícil separar negócio, amizade e favor; fica impossível encontrar um mercado vultoso e anônimo naquelas tessituras de laços de amizade e trocas.³⁸

Sendo difíceis as viagens, os centros urbanos ofereciam confortos que existiam nas grandes cidades na arte, cultura e bem estar material. Produziam bens culturais numa escala diminuta, e jornais, teatros, clubes, livros eram voltados para população local. Por isto, a memória cultural é uma das marcas dessas cidades. Itamarandiba cultivava, 150 anos depois, a memória de Antônio Joaquim César, seu agitador do século XIX; César lia os clássicos franceses em francês, e, de acordo com Paulo Pavie, ia frequentemente à Côte buscar novidades culturais e afetivas. Maia, descrevendo sua terra natal, de 8.000 habitantes, relaciona as ofertas culturais: em Belmonte aconteciam saraus, declamações, debates públicos e conferências. J. Duarte conservou a lembrança de uma palestra que assistira adolescente: a conferência do poeta Aristeu, “*A influência da religião na formação da nossa nacionalidade*”; o ouvinte assistia a “*uma conferência gritada, ouvida em cadeira dura, salão fechado e calor senegalês.*” (Duarte, 1972, p. 122)³⁹

de Murta, *Notas e impressões da minha primeira viagem ao Santuário de Bom Jesus da Lapa*, descreve uma romaria feita em 1936; ver em Ribeiro (1996). Ver ainda sobre viagens Paternostro (1937), Maia (1936) e Rocha (1992).

38 Sobre este assunto ver agendas e diários de H. Ribeiro (ms), Contas Comerciais de C. Trindade, Livro Caixa do Armazém Urucu, diários de A. Martell (ms).

39 Segundo Maia em Belmonte existiam as “Sociedade Beneficente Caixerl, Escola Comercial, Clube Literário Rio Branco, Filarmônicas 15 de setembro, Aurora e Bonfim; Grêmios Dramáticos Carlos Gomes, Castro Alves e Coelho Neto; Sociedade Orfêica Recreativa Belmontense, Monte Pio dos Artistas; Clubes Literários Recreativo, Federativo, Oriental; Sociedade União, Escola Complementar, Ateneu Belmontense, Clube da Guarda Nacional, Escola Americana, Hospital e Santa Casa de Misericórdia, Clubes Carnavalescos Filhos do Sol e Cavaleiros de Minerva. (...) O acervo científico-intelectual de Belmonte é notável: vinte bacharéis, cinco médicos, seis engenheiros, quatro farmacêuticos, três cirurgiões dentistas, dois padres, dez professores, dois poetas, oito literatos, afora músicos, artífices, etc. Jornais de todos os tamanhos e feitios, críticos e noticiosos, sisudos e humorísticos, uns de pouca dura, outros de permanência regular. A fileira é longa: O Progresso, A Alvorada, O Correio do Sul, O Leque, A Lide, O Clarim, A Brasa, O Sul, A Pimenta, O Democrata, A Tesoira, O Lábaro, A Malagueta, O Raio, A Evolução, O Correio, A Brisa, O Arauto, O Espião e O Liberal.” (Maia, 1936, p. 38).

Os jornais locais são outro aspecto desta história: moviam campanhas e polêmicas, eram expressões da vida intelectual urbana. Jornalistas do Nordeste de Minas Gerais deixaram no escrito um gosto pelo local, criaram uma reflexão autônoma sobre a comunidade que desapareceu sem deixar sinais com a integração de mercados de comunicação; de sorte que, um século depois, parece impossível pensar em polêmicas e campanhas produzidas em função de tão mínimos públicos.⁴⁰

O distintivo da atividade urbana era o abastecimento do seu entorno com manufaturas e os ofícios artesanais: a cidade vendiam poucos bens. A *Casa Colombo*, em Jequitinhonha, nunca vendia mantimentos, mas especiarias e manufaturados. Os estabelecimentos aliavam negócios a nome, costume, princípios e política; assim faziam volume de vendas, mas, principalmente, qualidade nos negócios: o *Grande Bazar 36*, de Pedra Azul, dos Almeidas, e a *Casa Colombo*, em Jequitinhonha, de Mário Martins, – que recebia clientes e fornecedores em sua mesa, diariamente posta para cinquenta comensais – eram expoentes de comércio e política.⁴¹

Esses comerciantes davam o tom do negócio urbano de final do século XIX até a primeira metade do século XX. Os grandes empórios urbanos, além do “fornecimento”, agiam como bancos, operando contas-correntes que duravam décadas, alternando débitos e créditos entre o comerciante e seu cliente. Possuíam clientela cativa na sua base de ação, vendiam a crédito em prazos largos, adiantavam dinheiro por conta de transações futuras, faziam avais e descontos, guardavam dinheiro dos clientes: mais que armazéns, misturavam ações de casas bancárias e de comércio. Em Joáima, o farmacêutico Nicolau Brandão chegou à emissão: recebia depósitos em dinheiro ou produto e emitia sua correspondente moeda ou recibo de crédito; o “*dinheiro do Nicolau*” teve curso livre, até um pedreiro descobrir que poderia fazer circular um papel muito parecido.⁴²

40 Gonzaga de Carvalho lembra a memória da Rádio Teófilo Otoni – ZYX.7 – e sua disputa por audiência com a Rádio Nacional do Rio: “*Tínhamos programas de auditório, com cantores e orquestra da própria emissora. A rádio exibia os grandes cantores dos anos 50, promovia a luta pela mudança do local da cadeia, o patrocínio da transferência dos restos mortais de Otoni para sua cidade, a crítica à Estrada de Ferro Bahia e Minas.*”

41 Sobre *Grande Bazar* ver Almeida (1977); a informação sobre *Casa Colombo* é de Isa Martins (entrevista, 1994).

42 Referências às casas comerciais em Santos (1970), Maia (1936) e Almeida (1977). A história de Nicolau Brandão em Joáima faz parte do folclore local.

A especialização do comércio urbano e ausência de auges econômicos notáveis não inibiram realizações locais. Ausência de governos e vultosos negócios não significou necessariamente estagnação, porque os nichos locais durante muito tempo animaram a região. As realizações públicas de vulto no Mucuri e Jequitinhonha resultaram de esforços locais, e o melhor exemplo deles foi a Estrada de Ferro Bahia e Minas, ferrovia construída pela associação de capitais particulares. A estrada de ferro agitou Caravelas, na Bahia, no começo do século XX, por ser o ponto final e de espera por vapores que podia durar dias ou semanas; o desembarque e movimento local, no ritmo próprio de cidades marítimas, ocupava portuários, pescadores, viajantes, prostitutas e ferroviários; era tanta a atividade das madrugadas que os franciscanos que passaram por lá entre 1890 e 1925 garantiam não dar conta da quantidade de pecados produzidos na vila. Existiram também iniciativas em outras áreas, e as cidades de Teófilo Otoni e Jequitinhonha, desde os anos 1910, usavam iluminação elétrica de companhia local, dispunham de empresa de bondes, águas e teatros; os empresários de Araçuaí nos anos 1920 instalaram um cinema que recebia, das canoas, os filmes que vinham de Belmonte. Paulo Pavie lembra que a rodovia para Itamarandiba foi aberta a mão, por voluntários, e o primeiro automóvel entrou na cidade em 1936. Em Nanuque organizaram uma empresa de iluminação pública, a “Santa Clara”; neste caso, porém, dada a qualidade dos serviços, os consumidores a apelidaram de “Santa Escura”.⁴³

A expressão do comércio nas cidades do Alto Jequitinhonha era bem mais reduzida; as vendas eram ralas e o auto-abastecimento mais disseminado. Em Chapada do Norte existiu um comerciante, dos mais fortes, que possuía um movimento tão tímido que passava os dias escrevendo caprichosamente a lápis na base de cada ovo que punha à venda: “*Ovo de Qualidade, Produção Própria, Galinha Pedreza*”, ou carijó, laranja ou nanica, conforme fosse a produtora; e “*Ovo de Qualidade, Comprado de...*”, e colocava o nome de quem o havia vendido.⁴⁴

O ritmo próprio do Alto Jequitinhonha contrastava com a animação da Baixo Jequitinhonha e das áreas de fronteira nova do Mucuri: quando Eduardo Santos Maia chegou a Joáima, foi cercado por pessoas que queriam ver de

43 Sobre Estrada de Ferro Bahia e Minas ver Ferreira (1934) e Tetteroo (1922); algumas histórias de Caravelas estão em Sena (1993); memórias dos franciscanos estão em Staphorst (1985) e Koppen (1991). Sobre Jequitinhonha ver Maia (1936); Araçuaí, ver Pereira (1969); Itamarandiba, ver Pavie (1988); Nanuque, ver Fonseca (1986).

44 Sobre o Alto Jequitinhonha ver Pereira (1969) e César (1975); ver também Amaral (1988); o caso dos ovos de Chapada do Norte foi relatado por Olímpio Soares (entrevista, 1994).

perto um autêntico poeta; sua conferência sobre “*O amor no casamento*” fez grande sucesso, ouvida por dezenas de pessoas, os livros que levava acabaram vendidos. O poeta descobriu que o local era rico em movimentos, que havia um ânimo próprio, diferente do fim-de-mundo que, acreditava, encontraria. Na viagem percebeu como era falsa a idéia de isolamento e ausência de cultura; sua narrativa é marcada por encontros, novidades, acontecimentos densos que movimentam a coletividade: Almenara sofria o ataque dos jagunços Canguçu, que exigiam resgate para não saquear a vila; em Farrancho encontrou um *cabra* no tronco e um parceiro para debater kardecismo; em Joáima foi a sa-raus à sombra de caramanchões; viu desafios, beira-mares e festas, acontecimentos que, num raio de não mais que 30 quilômetros, movimentavam o cenário que o viajante ia conhecendo, e tudo parecia mudança, nunca modorrenta vida rural. Maia percebeu a animação – que também aparece nos diários de outros viajantes – e a extraordinária vitalidade naqueles centros do começo do século XX.⁴⁵

45 Maia (1936); agendas e diários de H.Ribeiro (ms) e A. Martell (ms).

6 FONTES E BIBLIOGRAFIA

6.1 Fontes primárias manuscritas

- Borradores de Contas Correntes da Fazenda Sul América, 1943/1964, Itaobim.
- Cartas e Documentos de Amadeu Martell, 1922/1937(?), Belo Horizonte/Jequitinhonha.
- Contas Correntes da Casa de Comércio de Clarindo Trindade, 1916/1932, Itinga.
- Contas Correntes da Fazenda Gameleira, 1917/1939, Araçuaí.
- Contas Correntes das Fazendas Jatobá e Butequim, 1950/1970, Teófilo Otoni.
- Diários de Helvécio Ribeiro, 1922/1927, Teófilo Otoni.
- Livro-Caixa do Armazém Urucu, 1935/1942(?), Carlos Chagas.
- TIMMERS, frei O., ofm. “O Mucury e o Nordeste Mineiro no passado e o seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por frei Olavo Timmers”. Belo Horizonte, manuscrito, 1969.
- Questionário Enviado aos Municípios Mineiros em 1893, com respostas manuscritas. Arquivo Público Mineiro (ms).

6.2 Bibliografia

AFFONSO, J. *Seleção de prosadores mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

ALMEIDA, A. de. *Vínculos de uma família*. Salvador, 1977.

AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/EDUSP, 1980.

- BESSA, A. L. *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Fazenda, 1981.
- BLOCH, M. *La história rural francesa*. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.
- BOSCO, S. H., JORDÃO NETTO, A. *Migrações*. São Paulo: SEAGRI/São Paulo, 1967.
- BOSERUP, E. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 3.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- CARVALHO, C. M. D. *Un centre économique au Brésil*. Paris, 1908.
- CARVALHO, D. Notícia histórica sobre o algodão em MG. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1916.
- CASAL, A. *Corografia Brasileira*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1976.
- CASTALDI, C. A aparição do Demônio no Catulé. In: PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. et al. *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.
- CASTRO, F. J. C. Expedição ao Rio Doce. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XVII, 1912.
- CÉSAR Jr., D. *Minas Novas de ontem e hoje*. Belo Horizonte, 1975.
- CÉSAR, D., CÉSAR, W. *Frutos de uma bandeira venturosa*. Minas Novas, [s. d.]
- CHAUNU, P *A história como ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- COMUNE, A. *Recursos da Natureza para a saúde*. 4.ed. Araçuaí, 1986.
- DAYRELL, C. A sêca. In: AFFONSO, J. *Seleção de prosadores*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

- DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.
- DUARTE, J. *O fogo e o boi*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1976.
- . *Vultos sem história*. Belo Horizonte, 1972.
- ESTEVES, M. *Grão Mogól*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.
- FERREIRA, G. *Os Bandeirantes Modernos*. Teófilo Otoni, 1934.
- FRIEIRO, E. *Feijão, angu e couve*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 17.ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.
- FURTADO, J. F. *O livro da Capa Verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Anablume, 1996.
- GALVÃO, E. *Encontro de sociedades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GROSSI, F. *Lo Stato de Minas Gerais*. Torino: Editores S. Nesi e F Grossi, 1911.
- IGLÉSIAS, F. Agricultura de Minas na República Velha. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. 2, maio/ago. 1985.
- KOPPEN, H. van (ofm). *Nossas paróquias: Caravelas, Alcobaça e Prado (Ba), Cascadura e Cavalcante (Rio de Janeiro) – nos últimos 25 anos do Comissariado franciscano de Santa Cruz – 1925 a 1950*. Belo Horizonte, 1991.
- LANNA, A. L. D. *A transformação do trabalho*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1989.
- LENHARO, A. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LOPES, R. M., GOMES, N. M. *Formação da estrutura agrária mineira*. Belo Horizonte, 1989. (Mimeogr.).
- MAIA, E. S. *Impressões de viagem de Belmonte a Araçuaí*. 2.ed. Taubaté, 1936.

- MARLIÈRE, G. T. Ofícios. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. X, 1905.
- , Ofícios. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 12, 1907.
- MARTINS FILHO, A. V. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.
- MARTINS, R. B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. (Mimeogr.).
- MELLO, E. C. *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MONTEIRO, N. de G. *Imigração e colonização em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974.
- MORLEY, H. *Minha vida de menina*. 11.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- MULLS, N. C. *Trabalho, consciência e luta – a formação do proletariado rural em Minas Gerais*. São Paulo: PUC-SP, 1989. (Tese, Doutorado em Sociologia).
- NARDELLI, A. *Uma família sem brasões*. Juiz de Fora, [s.d.].
- NOGUEIRA FILHO, J. *Carlos Chagas – 50 anos de história*. Carlos Chagas, 1989.
- O MUCURY. *Jornal semanal de Teófilo Otoni*. 1905/1931.
- O SERRO. *Jornal semanal do Serro*, 1892/1895.
- OLIVEIRA JÚNIOR, P. H. B. *Notas sobre a história da agricultura através do tempo*. Rio de Janeiro: FASE/PTA, 1989.
- PAIVA, C. A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Tese).
- PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PATERNOSTRO, J. Padrão de vida em Minas Gerais. Inquérito sobre o modo de viver dos camponeses numa área do norte do Estado de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, v. 39, 1937.

- PAVIE, P. *História de Itamarandiba*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 1988.
- PEREIRA, L. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
- PINHEIRO, J. *João Pinheiro e sua doutrina*. Belo Horizonte, 1935.
- POEL, Frei Chico van der. *O Rosário dos Homens Pretos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- PRATES, C. Colônia indígena de Itambacury. In: AFFONSO, J. *Seleção de prosadores*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.
- PRIMAVESI, A. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. São Paulo: Nobel, 1984.
- RACHE, A. L. *Contribuição ao estudo da economia mineira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- RASLAN, J. A. *Malacacheta, história e geografia do município*. Malacacheta, [s.d.].
- RENAULT, P. V. Exploração dos rios Mucury e Todos os Santos e seus afluentes feita por ordem do governo da província pelo engenheiro dr. Pedro Victor Renault, colecionada e organizada por Léon Renault. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 8-4, jul./dez. 1903.
- RIBEIRO, E. M. *Lembranças da terra*. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996.
- ROCHA, J. de S. *A vida de um tropeiro*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1992.
- ROTHER, M. *100 anos de imigração alemã em Teófilo Otoni*. Ijuí: Correio Serano, 1956.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo/Edusp, 1975.
- SALLES, J. de. *Se não me falha a memória*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1993.

- SANTOS, P. R. dos. Pioneiros de Águas Formosas. *Relato histórico do desbravamento das selvas do Pampã*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- SENA, Adenis. *Vem, Caravelas te espera*. Teófilo Otoni: Fenord, 1993.
- SIGAUT, F. *L'agriculture et le feu; rôle et place du feu dans les techniques de préparation du champ de l'ancienne agriculture européenne*. Paris: Mouton, 1975.
- SILVEIRA, Álvaro da. *Memórias Corográficas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.
- SOL, O. F. *Salto da Divisa e outras considerações*. Belo Horizonte: 1981.
- SPIX, J. B., MARTIUS, CFP von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- STAPHORST, Frei S., ofm. *Vinte e cinco anos no Brasil*. Belo Horizonte, 1985.
- TETTEROO, Frei S., ofm. *Memória histórica e geográfica do município de Jequitinhonha*. Teófilo Otoni: Tipografia São Francisco, 1919.
- , ofm. *Notas históricas e corográficas sobre o município de Teófilo Otoni*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.
- TIMMERS, Frei O., ofm. *Theophilo Benedicto Otoni – Pioneiro do Nordeste Mineiro e Fundador da Cidade de Teófilo Otoni*. Divinópolis, 1969.
- TORRES, J. C. O. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1969.
- VIOTTI DA COSTA, E. *The reform era*. UNICAMP, 1981. (Mimeogr.).
- , *Da senzala à colônia*. 2.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- WIED, M., Prinz von. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- WIRTH, J. D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.